

Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra

Relatório Síntese



Equipa do Centro de Estudos Territoriais:

Walter Rodrigues (Coordenador)

Teresa Amor

Carla Matias

Março de 2005

	ÍNDICE
2	I - INTRODUÇÃO
4	II - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS/FRAGILIDADES E DOS PRINCIPAIS RECURSOS/POTENCIALIDADES
25	III - NOTAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

I – INTRODUÇÃO

A realização do Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra decorreu de uma solicitação da Câmara Municipal de Sesimbra, no âmbito da implementação da Rede Social no concelho. A apresentação do presente Relatório insere-se, portanto, no âmbito da realização daquele estudo.

Para além dos critérios de estrito rigor metodológico, a equipa de investigação propôs-se e promoveu um **processo de Diagnóstico amplamente participado por um vasto conjunto de actores sociais locais** com intervenção nos mais variados domínios de intervenção: saúde, ensino, formação profissional, emprego, actividades económicas, toxicodependência, alcoolismo, transportes, acessibilidades, ambiente, ordenamento e gestão territorial, acção social, habitação social, urbanismo, deficiência, juventude, idosos, defesa do património, família, etc.

Atendendo a que as dinâmicas sócio-territoriais decorrem da acção de uma multiplicidade de agentes (públicos e privados, de nível central e local) que se posicionam num determinado sistema de acção com objectivos, estratégias e interesses próprios, frequentemente geradores de conflitualidades locais, procurou-se assegurar também que o Diagnóstico fosse amplamente participado por actores locais com **enquadramentos institucionais e jurídicos diferenciados**. Assim, mediante o recurso a metodologias participativas, promoveu-se a implicação no processo de Diagnóstico, quer de actores institucionais (administração pública local, mas também serviços desconcentrados da administração central), quer de iniciativa privada não lucrativa e lucrativa (associativismo cultural, desportivo, juvenil, ambiental, cívico, comercial e industrial, religioso, etc.)

Paralelamente à utilização daquelas metodologias participativas, recorreu-se também à recolha e análise de um **conjunto alargado de indicadores estatísticos**, por forma a aprofundar o conhecimento sobre os principais problemas, necessidade e recursos do concelho.

Neste, como noutros estudos, a tarefa de recolha de indicadores de natureza estatística revelou-se, frequentemente, como uma tarefa árdua e ingrata: carência de informação desagregada a níveis territoriais relevantes; falta de actualidade da informação fornecida; morosidade no seu fornecimento (e, nalguns casos, não fornecimento da informação solicitada); contradição entre os dados de diferentes ou de uma mesma fonte, etc.

Apesar da complexidade inerente à realização de um Diagnóstico Social, **acredita-se que se conseguiu pôr em evidência, os principais problemas e necessidades do concelho, os eixos mais problemáticos de intervenção, mas também, significativamente, os principais recursos existentes localmente.**

Com base na identificação daqueles problemas e recursos, investiu-se, simultaneamente, na identificação dos principais desafios estratégicos que se colocam na promoção do Desenvolvimento integrado do concelho.

Com a convicção de que a utilidade de um documento desta natureza está indissociavelmente relacionada com o ganho em termos de capacidade de reflexão estratégica sobre o território, **o conjunto de recomendações estratégicas elaborado decorre não de um exercício meramente teórico-analítico descontextualizado da realidade local, mas, pelo contrário, da reflexão crítica e do cruzamento dos problemas e recursos localmente identificados, e da identificação dos principais nós problemáticos e obstáculos à intervenção.**

Mas se a concepção das recomendações estratégicas foi norteada por critérios de objectividade, pragmatismo e aderência à realidade social, importa dizer, em jeito de desafio aos agentes locais, que este é só o 'primeiro passo da caminhada', uma vez que a optimização da intervenção não é compatível com a externalização de responsabilidades. Dito por outras palavras, importa incorporar na prática organizacional e quotidiana, a convicção que a **melhoria da intervenção social local só será possível pela articulação e congregação de esforços e de recursos institucionais em termos de objectivos e projectos comuns.**

Neste sentido, e em forma de primeira recomendação, sugere-se que a concepção do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Sesimbra seja norteada pela definição de desafios, objectivos e projectos exequíveis, o que só será possível se houver, desde logo, uma definição rigorosa e pragmática dos recursos (humanos, técnicos, materiais, logísticos, financeiros) que cada actor social local afectará.

Longe de ser uma perspectiva pessimista, esta tomada de posição tem na sua base o **reconhecimento e a identificação no concelho de Sesimbra de um conjunto alargado de recursos, potencialidades e oportunidades** em termos da promoção do Desenvolvimento Social do concelho. É justamente, aliás, a identificação dessas potencialidades que fundamenta, como se verá, a elaboração de muitas das recomendações estratégicas.

Com a concepção deste Relatório Síntese pretendeu-se destacar os principais resultados alcançados ao longo do Diagnóstico, mas também as recomendações estratégicas para a intervenção. Mas justamente por se **tratar de uma síntese** (de um vasto manancial de informação), a leitura deste relatório **não dispensará a leitura do Relatório Final de Diagnóstico.**

II - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS/FRAGILIDADES E DOS PRINCIPAIS RECURSOS/POTENCIALIDADES

Como se explicita no Relatório de Diagnóstico, na execução do Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra promoveu-se um processo amplamente participado por um vasto conjunto de actores sociais locais, com intervenção em vários domínios de actividade. Decorreu esta opção da convicção de que a mera análise de indicadores quantitativos (indicadores estatísticos) não possibilita a identificação rigorosa dos principais problemas e fragilidades, e dos principais recursos e potencialidades de um território.

Assim, e atendendo a que a **identificação dos principais problemas e recursos do concelho de Sesimbra**, assim como dos **desafios estratégicos** que se lhe colocam, constitui o objectivo principal desta parte do Diagnóstico, a análise que se efectua decorre do **cruzamento analítico de toda a informação recolhida**, isto é, quer da **informação estatística** descrita e analisada anteriormente, quer de todo um outro vasto conjunto e manancial de **informação de natureza qualitativa recolhida junto dos actores sociais locais** contactados ao longo do trabalho.

INDICADORES ESTATÍSTICOS – QUADRO SÍNTESE						
INDICADORES	SESIMBRA	SANTIAGO	CASTELO	QUINTA DO CONDE	PENÍNSULA DE SETÚBAL	GRANDE LISBOA
Área total (Km)	195,7	2	178,8	14,2	1580,9	1381,6
Densidade populacional	192,6	2896,5	85	1166,7	452	1409,4
População residente (número)	37.567	5793	15.207	16567	714.589	1.947.261
Taxa de crescimento da população residente (%)	37,9	-20,1	27,1	108,2	11,6	3,6
Índice de pressão construtiva (%)	18,5	31,5	18,2	5,5		
Índice de envelhecimento	88,5	263,9	90,5	55,7	107,3	93,4
Taxa de analfabetismo (%)	7,8				7,0	5,3
População residente com ensino superior completo (%)	4,8				6,3	10,8
Taxa de abandono escolar (%)	1,5				2,0	1,8
Taxa de saída precoce (%)	43,0				37,9	32,6
Taxa de saída antecipada (%)	16,2				15,3	13,8
Taxa de retenção no Ensino Básico (%)	11,4				13,5	12,5
Taxa de aproveitamento no Ensino Secundário (%)	59,9				61,3	60,9
Agregados familiares com 1 pessoa (%)	13,9	20,6	14,8	10,5	17,	22,1
Agregados familiares com 5 ou + pessoas (%)	7,1	6,1	6,3	7,6	6,6	6,2
Famílias com 2 ou + núcleos (%)	2,5	2,5	2,3	2,7	2,1	1,9
Taxa de actividade (%)	59,9	47,0	59,5	65,4		
População com 15 ou + anos sem actividade económica- estudantes (%)	17,6	13,7	18	19,5		
População com 15 ou + anos sem actividade económica – reformados (%)	50,1	56,7	49,2	47,3		
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (%)	8,0	9,5	8,7	7,0		
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (%)	6,0	3,6	7,6	5,3		
Principal meio de vida: Trabalho (%)	54,4	42,8	54,6	58,8		
Principal meio de vida: Pensão/Reforma (%)	21,2	30,8	21,5	17,1		
Poder de compra concelhio (indicador per capita)	101,9				117,4	158,9
Factor de dinamismo relativo	0,8				-0,8	-1
População residente em lugares até 1.999 habitantes (%)	39,1				16,6	13,3
Índice de lotação dos alojamentos: alojamentos superlotados (%)	15,3				15,7	17,5
Alojamentos de uso sazonal ou secundário (%)	36,9	48,4	43	22,9	17,5	10,7
Famílias clássicas alojadas em barracas (%)	0,1				0,4	0,8
Número de agregados familiares recenseados (habitação social)	205	109	73	23		
Número de agregados familiares não recenseados (habitação social)	199	57	65	77		

INDICADORES ESTATÍSTICOS – QUADRO SÍNTESE (CONT.)						
INDICADORES	SESIMBRA	SANTIAGO	CASTELO	QUINTA DO CONDE	PENÍNSULA DE SETÚBAL	GRANDE LISBOA
Ramo de actividade económica mais empregador: 'Construção' (%)	30,1					
Ramo de actividade económica com maior perda de capacidade empregadora entre 1995 e 2000: 'Pesca' (%)	-9,2					
Taxa de crescimento das receitas da hotelaria (%)	13,5					
Taxa de crescimento do desemprego registado (%)	19,2				19,3	
Taxa de utilização dos Centros de Convívio (%)	87,1	75		92		
Taxa de utilização dos Centros de Dia (%)	74,4	85	90	67,4		
Taxa de utilização dos Serviços de Apoio Domiciliário (%)	81,6	100	85,1	33,3		
Taxa de utilização dos Lares de Idosos (%)	92,8	88,7	100	95		
Rácio Capacidade/População: Lares de Idosos	3,1					
Rácio Capacidade/População: Centros de Convívio	2,2					
Rácio Capacidade/População: Centros de Dia	2,2					
Rácio Capacidade/População: Serviços de Apoio Domiciliário	2,6					
Rácio Capacidade/População: total de respostas sociais	10,2					
Proporção de beneficiários do RMG (%)		20,1	50,7	29,2		
Taxa de crescimento do número de beneficiários do RMG (%)	-7,3					
Taxa de crescimento de beneficiários de prestações de desemprego (%)	33,4				28,4	33,1
Taxa de crescimento de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ (%)	13,3					
Taxa de crescimento dos utentes do Centro de Saúde (%)	21,4					
Rácio médicos por mil habitantes	1,2				2,2	6
Rácio enfermeiros por mil habitantes	0,7				3,2	5
Rácio farmácias por 10 mil habitantes	1,7				2,0	2,9
Taxa de crescimento do número de seringas recolhidas nas farmácias	-78,3				-72,5	
Idade média de início do consumo de álcool – mulheres (anos)	19					
Idade média de início do consumo de álcool - homens (anos)	17,4					
Idade média de início do consumo de sintéticos – mulheres- (anos)	16					
Idade média de início do consumo de sintéticos – homens (anos)	20,4					

Neste, como em qualquer outro território, coexistem actores com interesses e objectivos diferentes, por vezes mesmo conflituais entre si. Sesimbra não é, a este nível, diferente de qualquer outra unidade territorial e, portanto, nalguns domínios assiste-se à defesa de objectivos e à tomada de posições que são 'fracturantes' e polarizadoras das opiniões locais. Do ponto de vista do planeamento da acção, **é importante ter presente estas zonas de conflitualidade e de consenso, na medida em que, uma e outra exigem o accionamento de recursos diferenciados**, podendo representar mesmo um forte obstáculo à implementação de estratégias de desenvolvimento integrado.

Aliás, é justamente por esta razão que nas grelhas em que se esquematizam os principais problemas/fragilidades e os principais recursos/potencialidades, **quando determinado problema ou recurso é gerador de dualidade de opiniões entre os agentes locais, tal é explicitamente indicado**.

Mas, se se encontraram zonas de conflitualidade de interesses, **foi possível encontrar também amplas zonas de consenso**, sendo que estas podem constituir, por si só, um recurso importante para a acção, pois potenciam a possibilidade de criação de sinergias entre actores.

Do ponto de vista do planeamento futuro da intervenção no concelho (designadamente Plano de Desenvolvimento Social) importará, portanto, **implementar metodologias de trabalho que possibilitem aferir**, para além do grau de consenso face a uma determinada questão, **até que ponto os actores locais estão efectivamente disponíveis e interessados em mobilizar os seus recursos para determinada acção**.

A identificação daqueles consensos e conflitos de interesses decorreu, evidentemente, de aproximações sucessivas ao terreno, para as quais se tinha definido como objectivo prioritário a identificação dos principais problemas, mas também dos principais recursos do concelho.

Como se verá de seguida, **pelo cruzamento da informação recolhida ao longo de todo o Diagnóstico, foi identificado um leque alargado de problemas e fragilidades do concelho**.

Mas também a este nível, para além dos problemas, **foram identificados um conjunto amplo de recursos e potencialidades**. Este facto é tão mais relevante quanto, noutros contextos é por vezes difícil aos próprios agentes locais reconhecerem que, ainda que num quadro de dificuldade e escassez de recursos, há potencialidades endógenas e exógenas que poderão ser mobilizadas em torno de projectos integrados de promoção do Desenvolvimento Social.

Por paradoxal que possa parecer, importa dar conta que, nalguns casos, a argumentação utilizada pelos agentes locais aquando a definição dos problemas, constitui em si mesmo um recurso para o planear da acção. Com efeito, e isso é claramente visível nas grelhas-

síntese, frequentemente são designados não só os problemas, mas também os seus **nexos de causalidade**, o que, por si só, se **configura como um ganho imediato em termos do leque de opções que se deverão priorizar em termos da intervenção social futura**.

Pese embora essa percepção possa ser mais ou menos evidente consoante o posicionamento de entidades locais específicas, pelo menos de forma latente parece existir a percepção das relações multi-causais que se estabelecem entre diferentes problemas sociais, em que uns estão na origem ou surgem como reforço de outros, mas também da multi-dimensionalidade de um qualquer problema.

Do ponto de vista não só do diagnóstico, mas da intervenção social local, esta convicção é tão mais relevante quanto é ela que sustenta a percepção da necessidade de intervenções articuladas entre várias instituições locais. Com efeito, só pela mobilização de recursos em torno de objectivos comuns se poderão impulsionar respostas integradas e globais a fenómenos sociais complexos.

Analiticamente, os principais nós de definição de problemas e fragilidades identificados pelos actores sociais, podem ser sintetizados em **dez eixos fundamentais**:

- Modelo de crescimento urbanístico e padrões de Qualidade de Via
- Estratégia(s) de desenvolvimento sócio-económico
- Mobilidade intra e inter-concelhia
- Níveis de habilitação e de qualificação da população residente
- Estruturas e serviços de apoio a grupos sociais vulneráveis (crianças; crianças e jovens em risco; famílias desestruturadas; idosos; imigrantes)
- Prestação de cuidados de saúde
- Oferta cultural, desportiva e recreativa
- Consumo de substâncias psico-activas entre os jovens (toxicod dependência e alcoolismo)
- Contextos / Enquadramento familiar
- Articulação da intervenção local

Significativamente, **alguns daqueles ‘eixos’ destacaram-se como transversais a várias áreas de intervenção**, o que é tão mais relevante quanto, como se afirmou atrás, traduz a complexidade dos problemas sociais, associada à sua natureza multidimensional.

Assim, com o intuito de não perder aqueles nexos de causalidade, aquela informação foi sistematizada e organizada em nove áreas temáticas. São essas grelhas que a seguir se apresentam:

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Abandono e insucesso escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> baixo nível de habilitação e de qualificação da população residente Inexistência de rede de SPO's (Serviços de Psicologia e Orientação) no concelho insuficiência de técnicos especializados/apoios educativos (psicologia, ensino especial, terapeutas da fala, assistentes sociais, etc.) que viabilizem um apoio social integrado e continuado no espaço escolar às crianças e jovens sinalizados e/ou em situação de risco (incapacidade das IPSS's locais para darem resposta a todas as solicitações das instituições de ensino) inexistência de "Educadores Familiares e Sociais" que façam um acompanhamento e apoio continuado às famílias (famílias desestruturadas) desvalorização da cultura escolar por parte de alguns jovens e de algumas famílias (fracturante/polarizador das opiniões locais) inadequação dos métodos pedagógicos ao perfil actual dos alunos (métodos de ensino pouco motivadores para crianças e jovens) (fracturante/polarizador das opiniões locais) absentismo de alguns professores (casos pontuais) gravidade e extensividade dos problemas sociais existentes no concelho (afectando directamente o trabalho possível de ser promovido nas escolas) escassa procura do Sistema de Unidades Capitalizáveis por parte da população do concelho crecente desautorização, por parte das famílias, do papel do professor e da autoridade da escola deficiente acompanhamento do percurso escolar das crianças e jovens por parte das famílias (crecente desresponsabilização da família) escassa oferta de formação profissional/vias profissionalizantes no concelho divulgação insuficiente da formação profissional existente no concelho escassez de recursos técnicos que viabilizem um acompanhamento regular dos formandos na sua transição para o mercado de trabalho (designadamente, de jovens com necessidades especiais de educação e/ou com percursos escolares problemáticos) baixa adesão à oferta formativa existente (resistências à frequência de acções de reconversão/qualificação profissional não subsidiadas financeiramente) inadequação das políticas educativas (Lei de Bases do Sistema de Ensino): inadequação face às características e necessidades de determinados alunos (inadequação dos planos curriculares, alternativas à via regular de ensino, pré-requisitos em termos de escolaridade alcançada, idade, acompanhamento dos formandos, promoção de acções de formação profissional, etc.) aumento do desemprego entre licenciados (factor desmotivador da prossecução dos estudos) 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos técnicos especializados (apoio de técnicos especializados às escolas), por via de protocolos estabelecidos entre as escolas e outros actores sociais locais (IPSS's, voluntariado, etc.) Disponibilidade/motivação do pessoal docente/escolas para apoiar crianças e jovens com situações familiares complexas Disponibilidade de alguns empresários locais para acolherem/colaborarem com projectos na área da educação e da formação (ex.: estágios) Constituição do Gabinete de Apoio Comunitário na Câmara Municipal de Sesimbra (por via do recrutamento de alunos finalistas do Ensino Superior, autarquia proporcionará mais algum apoio técnico especializado às escolas) Colaboração e empenhamento de algumas Associações de Pais (designadamente, ao nível da manutenção dos ATL's) Disponibilidade de algumas entidades locais para promoverem e/ou apoiarem a realização de cursos de formação em áreas técnicas especializadas- formação qualificante (mesmo entidades cuja actividade principal não é na área da educação/formação) Instalações, equipamentos e recursos disponíveis, designadamente, nos serviços desconcentrados da administração central: emprego, formação profissional, acção social) Possibilidade legal das escolas promoverem cursos de acção profissional (prevenção do insucesso/abandono escolar precoce) Sistema de Unidades Capitalizáveis (entidade competente tem autorizado os cursos propostos) Intervenção / implicação das várias instâncias da administração local (Autarquia e Juntas de Freguesia) no domínio da educação/formação (intervenção para além das suas competências legais)
<p>Carências ao nível do parque escolar/sistema educativo</p> <ul style="list-style-type: none"> carência de estabelecimentos de ensino pré-escolar no concelho (pré-escolar público) insuficiência de auxiliares de acção educativa (Pré-escolar e Ensino Básico) carência de escolas do 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário na Quinta do Conde degradação física de alguns estabelecimentos de ensino no concelho não aproveitamento do(s) espaço(s) escolar(es) para promoção de actividades extra-curriculares (ocupação de tempos livres) (fracturante/polarizador das opiniões locais) distribuição incorrecta dos alunos pelas escolas (excesso de alunos nalgumas escolas e déficit de alunos noutras) sub-aproveitamento de instalações e equipamentos escolares/formativos (inadequação da oferta formativa promovida por alguns serviços desconcentrados da administração central: formação profissional) (fracturante/polarizador das opiniões locais) 	<ul style="list-style-type: none"> Bom relacionamento existente entre algumas entidades locais e os serviços desconcentrados da administração central: formação e emprego) Forte empenhamento da autarquia no combate ao insucesso escolar (vários ciclos de ensino) direccionando a sua intervenção não só para os jovens (promoção de acções de formação, contratualização de estágios, acompanhamento de formandos/estagiários, etc.), mas também para as famílias (intervenção no contexto familiar)

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Escassez/inadequação da oferta formativa (formação profissional)</p> <ul style="list-style-type: none"> inadequação da oferta formativa existente no concelho (áreas de formação e níveis de entrada exigidos) inexistência de diagnóstico de necessidades de formação no concelho (inadequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho local e regional) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) sazonalidade do mercado de trabalho (condicionante da colocação em posto de trabalho dos formandos do concelho) insuficiência da rede de estágios/empresas que acolham jovens formandos do concelho (alternativa à via regular de ensino) falta de resposta de alguns serviços desconcentrados da administração central (emprego, formação, acção social, etc.) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) não reconhecimento, por parte de alguns empresários, da mais-valia que poderá representar a qualificação da sua mão-de-obra (impedimento à frequência de acções de formação qualificante por parte dos empregados) menor 'sensibilidade' de alguns empresários locais para as questões da educação e da formação falta de resposta, dos empresários locais, aos estudos de diagnóstico das necessidades de formação que se têm tentado executar localmente desconhecimento generalizado entre os empresários sobre apoios existentes oficialmente para promoção de acções de formação qualificante, por falta de divulgação adequada desses apoios incapacidade / desconhecimento sobre formas de apelar à participação dos empresários locais (necessidade de os saber 'cativar' para estes processos) desfasamento temporal entre o <i>timing</i> de oferta de formação profissional por parte das entidades públicas competentes e o ano lectivo (ano civil vs. Ano lectivo) 	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias estabelecidas entre a autarquia e diversas entidades locais e regionais (realização de projectos com vista ao combate ao insucesso escolar, acompanhamento familiar, etc.) Parcerias estabelecidas entre a autarquia e as instituições de ensino, no âmbito das iniciativas de prevenção do abandono escolar e combate ao insucesso escolar Adesão de crianças e jovens às acções de formação profissional promovidas em meio escolar Valorização crescente por parte das famílias das acções de formação profissional promovidas em meio escolar Intervenção do Gabinete de Apoio ao Empresário na procura de adequação da oferta formativa às necessidades da estrutura empresarial local (diagnóstico de necessidades de formação) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) Motivação/disponibilidade por grande parte dos empresários locais para integrarem e participarem em estratégias de desenvolvimento do concelho (incluindo vertente educativa e formativa) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) Metodologia de despiste o orientação vocacional seguido por algumas entidades dos concelho (disseminação de 'boas práticas') Motivação e empenhamento dos técnicos que fazem apoio social nas escolas do concelho
<p>Falta de articulação da intervenção</p> <ul style="list-style-type: none"> deficiências na rede de transportes públicos (condicionante da mobilidade da população escolar) inexistência de redes alargadas de trabalho em parceria ao nível da Educação/Formação desarticulação entre os vários agentes locais (entidades ligadas à formação profissional e/ou emprego, públicas e privadas; empresas, empresários locais, instituições de ensino, etc.) falta de articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Segurança Social (formação profissional) 	
<p>Escassez de recursos humanos, materiais e financeiros</p> <ul style="list-style-type: none"> incapacidade financeira da autarquia para dar resposta a todas as solicitações que lhe são feitas (apoio às instituições de ensino) política restritiva de colocação de pessoal docente e não docente (incluindo apoios educativos) por parte do Ministério da Educação impossibilidade legal das escolas estabelecerem relações contratuais (o que viabilizaria a minoração das dificuldades associadas à escassez/inexistência de técnicos especializados em determinadas áreas/apoios educativos) falta de resposta do Ministério da Educação às solicitações da autarquia (Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico) perda do Estatuto de Região Objectivo 1 da RLVT (perda de fundos comunitários aplicáveis, por exemplo, na promoção de oferta formativa) não cumprimento da Administração Central dos contratos-Programa estabelecidos com a autarquia (obstáculos à edificação de novos estabelecimentos de ensino) delegação de competências da administração central na administração local, sem transferência de recursos financeiros 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	ACTIVIDADES ECONÓMICAS EMPREGO
<p>Inexistência, no passado, de uma estratégia de desenvolvimento económico integrado para o concelho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ estratégia de desenvolvimento baseada quase em exclusivo no sector das pescas, na restauração e no turismo de 'sol e praia' ▪ escassez de zonas industriais infra-estruturadas/parques industriais no concelho (crescimento de zonas do concelho enquanto 'zonas dormitório') ▪ não rentabilização do potencial agrícola do concelho ▪ acessibilidades intra e inter-concelhias deficientes (menor potencial de atracção de actividade económica) ▪ definição de estratégias e projectos de desenvolvimento de forma pouco participada localmente ▪ falta de articulação /articulação deficiente com serviços desconcentrados da administração local (formação, emprego, acção social) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ fraco dinamismo empresarial no concelho (pouca diversificação da actividade económica e ofertas de emprego reduzidas) ▪ pouca abertura por parte dos agentes locais para repensarem as suas estratégias de desenvolvimento numa perspectiva regional e não apenas intra-concelhia ▪ escassez de incentivos à criação de actividade económica (administração local e administração central) <p>Conjuntura económica actual</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ crise no sector das pescas / profunda alteração no sector das pescas (desemprego, dificuldades associadas à reconversão profissional dos profissionais deste sector, etc.) ▪ situação económico-financeira difícil de grande parte dos comerciantes de Sesimbra (associada também à progressiva desertificação da Vila) ▪ situação de recessão económica ▪ falta de linhas de apoio financeiro para requalificação dos espaços e da actividade comercial/ não aprovação da candidatura ao PROCOM (impossibilidade de maioria dos comerciantes locais investirem, sem apoios financeiros, na requalificação dos seus estabelecimentos comerciais) ▪ dificuldades do comércio tradicional fazer face às grandes superfícies <p>Constrangimentos à intervenção da Administração Local</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dependência da administração central no que respeita à execução de alguns investimentos/projectos (acessibilidades, património edificado, saneamento básico, transportes, etc.) ▪ recursos financeiros que ainda terão que ser canalizados para a resolução de problemas de infra-estruturação básica do concelho (problema associado ao próprio modelo de crescimento de parte muito significativa do concelho – áreas de génese ilegal) ▪ restrições orçamentais impostas às autarquias pela administração central ▪ dependência face a decisões nacionais e/ou comunitárias ▪ escassez de recursos financeiros que possibilitem maior dinamização cultural e recreativa no concelho ▪ impossibilidade das autarquias terem uma intervenção directa/um papel no planeamento e na gestão de determinadas zonas ribeirinhas (jurisdição da Administrações portuárias) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ impossibilidade legal da autarquia exercer formas de fiscalização sobre actividades hoteleiras (com vista à qualificação dos serviços prestados) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Definição, por parte da autarquia, de uma estratégia de desenvolvimento sócio-económico integrada para o concelho: desenvolvimento económico-social, cultural e desportivo, patrimonial, ambiental, educativo, habitacional, urbanístico, etc. (fracturante/polarizador das opiniões locais) ○ Criação do Gabinete de Planeamento Estratégico na autarquia (opção por processos participados e integrados de planeamento) ○ Importância que Porto de Sesimbra continua a ter enquanto porto de pesca no contexto nacional (a dever ser reforçada pelas entidades competentes) ○ Possibilidade de criação de pólo tecnológico no concelho e parques industriais projectados para o concelho (criação de emprego) ○ Procura, por parte de empresários, de espaços no concelho para implantação de novas unidades industriais no concelho (por exemplo, transformação de pescado, etc.) ○ Interesse / esforços da autarquia na captação de actividade económica para o concelho (e, necessariamente, na criação de infra-estruturas que possibilitem a implantação dessas actividades) – Gabinete de Dinamização das Actividades Económicas ○ Dinamização / incentivo da autarquia à dinamização de determinadas iniciativas: realização de feiras temáticas, certificação de produtos tradicionais regionais, etc... ○ Projectos previstos na área da acessibilidades (melhoria das acessibilidades intra e inter concelhias) ○ Disponibilidade dos diferentes agentes económicos e turísticos para debaterem articuladamente estratégias de desenvolvimento para o concelho (eventualmente, constituição de Câmara de Comércio que envolva todos os sectores económicos do concelho) ○ Potencial turístico concelho - turismo: principal 'motor' do desenvolvimento integrado do concelho (património natural, património edificado, clima, imagem da vila de Sesimbra enquanto vila piscatória, restauração, etc.) 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	ACTIVIDADES ECONÓMICAS EMPREGO
<p>Definição incorrecta de uma estratégia de desenvolvimento turístico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dificuldades de estacionamento na Vila ▪ novos empreendimentos turísticos previstos para o concelho (degradação do património ambiental e natural do concelho e delapidação de potencial turístico do mesmo) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ escassa oferta e pouco diversificada de actividades culturais e recreativas no concelho ▪ sazonalidade da actual actividade turística do concelho ▪ degradação de algum património edificado do concelho (degradação do seu potencial turístico) ▪ promoção do turismo baseado apenas no 'sol e praia' (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ inexistência de estratégia turística que concilie desenvolvimento económico, com preservação do património natural e cultural do concelho (aposta num turismo de massas) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ descaracterização da Vila de Sesimbra (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ sub-aproveitamento de algumas infra-estruturas existentes no concelho (ex.: parque de campismo) ▪ baixa qualidade e diversidade do comércio tradicional na Vila de Sesimbra ▪ divulgação deficiente da oferta turística existente no concelho (circuitos pedonais, pontos turísticos de relevo, actividades de recreio e de recreio-marítimo, etc...), por parte do Posto de Turismo ▪ escassa oferta hoteleira (reduzido número de camas) ▪ fraco investimento dos comerciantes locais em pessoal qualificado (sazonalidade do turismo favorece a contratação de funcionários não qualificados só durante os meses de verão, com prejuízo da qualidade do serviço prestado ao cliente) ▪ baixa qualidade de alguns serviços prestados no concelho (baixa relação qualidade / preço nalguns estabelecimentos hoteleiros/restauração) ▪ falta de cuidado com que algumas empresas privadas promovem actividades ligadas ao turismo ambiental e que conduzem à degradação do património natural do concelho ▪ escassez de empresas prestadores de serviços especializados (jardinagem, engomadoria, manutenção, etc.) ▪ resistências ao alargamento da área de recreio no Porto de Sesimbra (obstáculo ao desenvolvimento do turismo de recreio em Sesimbra) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ baixa habilitação e/ou qualificação da mão-de-obra local ▪ falta de motivação para frequência de acções de formação/qualificação (empresários locais, empregados, população em geral), com vista à qualificação dos serviços prestados na actividade comercial local ▪ pouca receptividade de alguns empresários e comerciantes locais às propostas de qualificação dos seus estabelecimentos comerciais e à qualificação dos serviços prestados (designadamente, mediante a frequência de acções de formação por eles próprios e pelos seus funcionários) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ▪ inadequação da legislação: normativos legais não obrigam à posse de carteira profissional por parte de quem trabalha no comércio, designadamente, na área da restauração (obstáculo à requalificação do atendimento) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Elevada qualidade do pescado (valorização da oferta- Rota Gastronómica) ○ Potencial do Porto de Sesimbra para a náutica de recreio (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ○ Oferta de actividades de animação turístico-marítima (ainda com potencial de crescimento) ○ Novos empreendimentos turísticos previstos para o concelho (dinamização da actividade económica, criação de emprego, investimentos em termos das acessibilidades, etc.) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ○ Projectos já realizados e planeados para requalificação da Vila de Sesimbra (reordenamento do tráfego automóvel, estacionamento, empreendimentos turísticos, etc.) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ○ Qualidade / imagem do sector da restauração no concelho (atractivo turístico) (<i>fracturante/polarizador das opiniões locais</i>) ○ Disponibilidade da autarquia para apoiar, na medida das suas possibilidades, as iniciativas privadas com vista à dinamização da actividade cultural e recreativa no concelho ○ Construção do novo quartel da GNR, o que possibilitará a 'recuperação' da Fortaleza de Santiago e a sua utilização enquanto património e espaço cultural do concelho ○ Potencial em termos de turismo ambiental e de espeleologia ○ Potencial na área do turismo de negócios ○ Qualidade da oferta hoteleira existente actualmente (camas) ○ Boa relação entre a autarquia e as associações, colectividades e clubes locais 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Especulação imobiliária (Promotores imobiliários privados)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ efeito perverso do potencial turístico do concelho, afectando não só a Vila de Sesimbra, mas também zonas rurais do concelho ▪ reduzida capacidade de intervenção da autarquia no mercado fundiário e imobiliário ▪ objectivo (exclusivo) de lucro por parte dos promotores imobiliários/construtores (em detrimento da qualidade das construções, infra-estruturas urbanas, etc.) 	<p>H A B I T A Ç Ã O E U R B A N I S M O</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento do Plano Director Municipal (ordenamento territorial e urbanístico; preservação do património natural e ambiental do concelho) - (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ Investimentos da autarquia ao nível do Planeamento Estratégico e do Planeamento Urbanístico (ordenamento territorial) ▪ Plano de Gestão Ambiental (garante da sustentabilidade futura das áreas de mata e de pinhal/ regeneração da mata de Sesimbra) ▪ POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira ▪ Resolução parcial e/ou total de alguns problemas de infra-estruturação básica do concelho (saneamento básico, abastecimento de água, arruamentos, acessibilidades, tratamento de águas residuais, equipamentos colectivos, etc.) o que possibilitará redireccionar alguns dos recursos financeiros para outras áreas de intervenção ▪ Investimentos/projectos previstos na área do saneamento básico ▪ Programas e projectos da autarquia com vista à inversão da tendência de desertificação da Vila de Sesimbra (promoção de Habitação Social) ▪ Investimentos da autarquia na construção de habitação social ▪ II Acordo de Colaboração com INH ▪ Manutenção da estrutura basilar do Centro Histórico da Vila (com possibilidades de intervenção e recuperação de algum edifício degradado) ▪ Eventual criação de incentivos à fixação de população jovem na Vila ▪ Projecto de Reconversão da avenida principal da Vila (reordenamento urbanístico: mudança do terminal rodoviário, mercado municipal, estacionamento, etc.; dinamização da actividade local), concomitantemente com construção de novo empreendimento habitacional (junto ao campo de futebol) ▪ Programas de incentivo/linhas de crédito para requalificação de património habitacional edificado ▪ Potencial de crescimento urbano e populacional do concelho, mormente na Quinta do Conde ▪ Novos projectos / empreendimentos urbanísticos previstos (contrapartidas em termos de acessibilidades, saneamento básico, preservação e regeneração ambiental) ▪ Consciencialização e valorização crescente, por parte da população, dos factores de Qualidade de Vida: espaços verdes, equipamentos, serviços, transportes e acessibilidades, etc. ▪ Investimentos na recuperação do património cultural e arquitectónico do concelho (contributo para qualificação da imagem do concelho) ▪ Parcerias (pontuais) entre entidades locais, com vista à rentabilização das infra-estruturas e equipamentos existentes (protocolos, formais ou informais, de cedências de espaços para prestação de serviços dirigidos à comunidade)
<p>Degradação do parque habitacional da Vila de Sesimbra</p> <ul style="list-style-type: none"> • interesse de alguns proprietários da degradação dos edifícios mais valias pela colocação no mercado imobiliário) • escassez de Programas/incentivos à requalificação do parque habitacional (administração central e administração local) • incapacidade económica de alguns agregados para fazer face aos custos associados à requalificação das suas habitações • envelhecimento 'natural' do parque habitacional • dificuldades técnicas associadas à intervenção em edificado velho e, nalguns casos, muito degradado (custos económicos acrescidos) 	
<p>Desertificação da vila de Sesimbra</p> <ul style="list-style-type: none"> • incapacidade económica de grande parte da população local para suportar o custo da habitação na Vila (especulação imobiliária) • escassez de recursos financeiros que permitam à autarquia fazer face aos elevados valores do mercado imobiliário (obstáculo à inversão de tendência para desertificação da vila) • ausência de medidas de política de habitação que "travem" a desertificação do centro da vila (inexistência de incentivos à fixação de jovens; escassez de linhas de crédito bonificado para requalificação dos fogos/edifícios) • oferta insuficiente de fogos de habitação social (reduzida capacidade de intervenção da autarquia no mercado fundiário e imobiliário; elevados custos de construção decorrentes das características físico-morfológicas do solo; inadequação da legislação em vigor em função dos limites económicos que impõe) • desequilíbrio entre formas de ocupação das habitações: residência permanente vs. 2ª habitação/aluguer turístico • falta de incentivos ao mercado de arrendamento (tanto do ponto de vista dos proprietários, como dos inquilinos) • restrições à construção de mais habitação na vila (condicionante da possibilidade de dinamização da vida local) (fracturante/polarizador das opiniões locais) 	
<p>Descaracterização progressiva da Vila de Sesimbra</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ construção (mais ou menos recente) de edificado sem relação com a traça/características tradicionais (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ desequilíbrio estético entre urbanismo da Marginal e o do casco velho (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ excessiva densidade de (nova) construção na vila (fracturante/polarizador das opiniões locais) 	
<p>Falta de condições de habitabilidade e de condições de salubridade de alguns agregados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ residência em anexos, caves, garagens, sótãos, etc., sem infra-estruturas básicas (instalações sanitárias, etc.) ▪ residência em condições de sobre-ocupação dos fogos ▪ indisponibilidade por parte de alguns agregados para adaptarem os seus fogos às necessidades de familiares dependentes (idosos, deficientes, etc.) 	
<p>Reduzida oferta habitacional para grupos sociais mais carenciados (habitação social)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ excessiva dependência, por parte de alguns indivíduos/agregados, da autarquia no que respeita à procura de soluções habitacionais (número excessivo de solicitações feitas à autarquia, algumas em domínios nos quais a autarquia não tem competência legal de intervenção) ▪ inadequação da legislação em vigor (limites de custos regulamentados legalmente são inadequados face aos valores do mercado imobiliário) ▪ elevados custos de construção (associados aos valores do mercado imobiliário – aquisição de terrenos – mas também às características físico-morfológicas do solo) ▪ possível desactualização do recenseamento existente 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Crescimento urbanístico desordenado</p> <ul style="list-style-type: none"> • modelo de crescimento de parte significativa do concelho (áreas urbanas de génese ilegal) • inexistência, até a um passado recente, de instrumentos de planeamento urbanístico e de planeamento estratégico no concelho (plano de urbanização, planos de pormenor, etc.) • escassez de zonas industriais infra-estruturadas/parques industriais no concelho (crescimento de zonas do concelho enquanto 'zonas dormitório') • acessibilidades intra e inter-concelhias deficientes • assimetrias intra-concelhias (zona rural vs. zona urbana: equipamentos, infra-estruturas básicas) • extensão do concelho • excessiva densidade de construção, não acautelando o equilíbrio das diversas funções urbanas (excesso de construção sem contemplar a edificação de espaços públicos de lazer e de recreio, espaços verdes e equipamentos) - <i>(fracturante/polarizador das opiniões locais)</i> • incorrecto ordenamento urbanístico da vila (construção, dificuldades de estacionamento, poluição sonora, descaracterização da traça original, higiene urbana, etc.) <i>(fracturante/polarizador das opiniões locais)</i> • degradação do património arquitectónico e cultural • pressão urbanística crescente na Quinta do Conde (agravamento da tendência de crescimento da freguesia da quinta do conde enquanto zona 'dormitório') 	
<p>Baixo padrão de qualidade de vida</p> <ul style="list-style-type: none"> • manutenção de algumas carências ao nível de infra-estruturas básicas (saneamento básico, abastecimento de água, etc.) • manutenção de algumas carências ao nível dos serviços e equipamentos colectivos (desportivos, culturais, escolares, saúde, etc.) • escassez de espaços verdes no concelho / falta de manutenção dos espaços verdes existentes • barreiras arquitectónicas: grupos sociais com mobilidade reduzida 	
<p>Degradação do património natural e ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • excessivo crescimento urbano: destruição de património ambiental consolidado e valioso <i>(fracturante/polarizador das opiniões locais)</i> • não cumprimento da lei no que respeita à extracção de inertes e à reposição dos solos • não valorização do património natural e ambiental do concelho (falta de apoio à investigação, preservação e divulgação científica de um património riquíssimo único no contexto nacional e mesmo europeu) <i>(fracturante/polarizador das opiniões locais)</i> • sub-aproveitamento, por parte das instituições oficiais locais, de linhas de financiamento comunitárias existentes para projectos e programas na área do ambiente 	
<p>Escassez de recursos financeiros da autarquia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei das Finanças Locais (inadequação às especificidades de municípios com fortes flutuações de população residente: 2ª habitação, turismo) • dependência, por parte da autarquia, da administração central para execução de alguns investimentos/projectos estruturantes (saneamento básico, habitação, requalificação urbanística, acessibilidades, recuperação do património edificado, transportes, etc.) • conjuntura económica actual • gestão incorrecta, por parte da administração central, do 3º Quadro Comunitário de Apoio 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	TOXICODPENDÊNCIA ALCOOLISMO	
<p>Novos padrões de consumo</p> <ul style="list-style-type: none"> emergência de novos padrões de consumo (aumento do consumo de drogas sintéticas, drogas que conduzem a uma rápida degradação do sistema nervoso central;) menor visibilidade do consumo das drogas sintéticas (maior dificuldade na detecção dos casos de consumo das drogas sintéticas) facilidade de acesso às drogas: tráfico (ainda que tráfico não seja muito visível nas imediações dos espaços escolares) escassa oferta de actividades culturais e de lazer que 'afastem' os jovens de comportamentos de risco/falta de alternativas de lazer reduzida procura do CAT por parte dos consumidores de novas drogas reduzida motivação dos jovens para determinadas práticas/actividades culturais (baixa adesão às actividades existentes) 			
<p>Alcoolismo</p> <ul style="list-style-type: none"> consumo de álcool na população em geral aumento do consumo de álcool entre os jovens (consumos associados, sobretudo, ao lazer, que não se sentem muito no espaço escolar) aceitação social do consumo de álcool consumo elevado de álcool entre alguns toxicodependentes em processo de recuperação (heroína, cocaína) 			
<p>Insuficiência / inadequação de acções de sensibilização, informação e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> insuficiência de campanhas de informação e sensibilização para as problemáticas da toxicodpendência e do alcoolismo insuficiência de programas/projectos de prevenção primária das toxicodpendências (fracturante/polarizador das opiniões locais) escassa divulgação dos serviços existentes no concelho (PIT) investimento insuficiente na investigação do(s) fenómeno(s) da(s) toxicodpendência(s) 	<ul style="list-style-type: none"> PIT – Posto de Informação a Toxicodependentes PIAT – Programa de Atendimento a Toxicodependentes GISC - Grupo de Intervenção Sócio-Comunitária – parceria que envolve diversas entidades do concelho desenvolvendo projectos na área da promoção da saúde (projecto multidisciplinar; bom funcionamento da parceria) Implicação dos serviços de saúde do concelho em parcerias efectivas Colaboração com CAT de Setúbal Implementação do Plano Municipal de Prevenção Primária Abertura/disponibilidades de algumas instituições de ensino locais para projectos/acções no âmbito da prevenção primária Disponibilidade de algumas associações e colectividades locais para integrarem parcerias na área da Prevenção Disponibilização por parte do PIT de apoio psico-social às famílias Estreita colaboração com entidades competentes na área das crianças e jovens em situação de risco Integração do CAT no Centro de Saúde de Sesimbra (experiência piloto de sucesso) Disponibilidade de alguns jovens do concelho para se implicarem em acções/iniciativas de prevenção no concelho (grupo de pares) Eventuais linhas de financiamento da Administração Central para promoção de acções de Prevenção (PQP, Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, apoios pontuais do Instituto da Droga e da Toxicodpendência a acções de prevenção específicas, etc.) Núcleo dos Narcóticos Anónimos a funcionar na vila de Sesimbra Implicação/disponibilidade dos órgãos da administração local (Autarquia e Juntas de Freguesia) para promover/apoiar a promoção de iniciativas no âmbito da prevenção Projectos já implementados no terreno pela autarquia Apoios da administração local (Autarquia e Juntas de Freguesia) às associações locais para dinamização de actividades culturais, desportivas e de lazer 		
<p>'Debilidade' do enquadramento familiar</p> <ul style="list-style-type: none"> inserção de crianças e jovens em contextos familiares disfuncionais (toxicodpendência, alcoolismo, violência doméstica, situações específicas de pobreza e/ou exclusão social, etc.) processos de desagregação familiar (alteração dos valores da família: factor impulsionador de comportamentos aditivos por parte dos jovens) falta de apoio e acompanhamento psico-social às famílias pouca adesão das famílias às acções e iniciativas de sensibilização e informação sobre as toxicodpendências 'resistência' de algumas famílias a aceitarem, numa fase inicial, a existência de problemas de consumos ilícitos 			
<p>Escassez e sub-aproveitamento de recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> carências ao nível das estruturas e serviços de reabilitação insuficiência de recursos (técnicos, financeiros, logísticos) sub-aproveitamento, por parte das associações locais, dos fundos disponíveis para promoção de acções de prevenção (ex: PQP) insuficiência de técnicos especializados que façam o apoio psico-social aos alunos/escolas: psicólogos, assistentes sociais, etc. sub-aproveitamento, por parte das instituições de ensino, de recursos existentes no concelho (acções/projectos de prevenção implementados localmente; não encaminhamento para o PIT e/ou para o CAT) (fracturante/polarizador das opiniões locais) inadequação dos planos curriculares (não inclusão de áreas temáticas como a toxicodpendência, o alcoolismo, comportamentos de risco, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção, etc.) alterações nas políticas sociais (Administração Central) inexistência / escassez de apoios da administração local para promoção de acções de prevenção primária, secundária e terciária (toxicodpendência, doenças sexualmente transmissíveis, etc.) (fracturante/polarizador das opiniões locais) actual conjuntura económica (agravamento de problemas sociais, dificuldades acrescidas de inserção sócio-profissional) funcionamento deficiente do Programa Vida-Emprego 'resistências', por parte de alguns empresários, à inserção profissional de ex-toxicodpendentes (agravamento de situações de vulnerabilidade associada a baixos níveis de escolaridade/qualificação) 			

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Acessibilidades intra e inter concelhias deficitárias</p> <ul style="list-style-type: none">▪ degradação da rede viária (inter-concelhia)▪ degradação da rede viária (intra-concelhia)▪ falta de alternativa às principais vias do concelho▪ dificuldades de acesso ao centro da vila▪ dificuldades de estacionamento na vila (condicionante do potencial turístico, da dinamização da actividade comercial, etc.)	<p>TRANSPORTES</p> <p>ACESSIBILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Projectos (aprovados e/ou a decorrer) para melhoria estacionamento na Vila de Sesimbra▪ Projectos previstos na área da acessibilidades (melhoria das acessibilidades intra e inter concelhias)▪ Ligações razoáveis a Lisboa▪ Boas ligações entre a freguesia da Quinta do Conde e os concelhos do Seixal e de Setúbal (sede de distrito)▪ Disponibilidade das empresas de transportes colectivos para manter ainda algumas carreiras urbanas cuja rentabilidade é praticamente nula (ajustando, na medida do possível, os horários às necessidades da população local)▪ Estado razoável de manutenção da rede rodoviária principal▪ Disponibilidade para articulação entre as empresas de transportes colectivos (passes combinados)▪ Perspectiva de ligação da FERTAGUS à estação de Coima (favorecendo a freguesia da Quinta do Conde)▪ Metro de superfície▪ Apoio logístico da autarquia às entidades locais (cedência de transportes)
<p>Inadequação da rede de transportes públicos às necessidades</p> <ul style="list-style-type: none">▪ falta de articulação entre os horários das carreiras urbanas (mobilidade intra-concelhia)▪ inexistência de veículos adaptados ao transporte de deficientes (incumprimento da lei; agravamento de situações de vulnerabilidade)▪ insuficiência de carreiras entre a quinta do conde e as restantes freguesias do concelho▪ más ligações entre as freguesias do castelo e de Santiago e a sede do distrito (Setúbal)▪ inadequação dos horários dos transportes públicos às necessidades da população (incluindo horários durante período escolar)▪ deficientes condições do terminal rodoviário de Sesimbra (localização, condições de abrigo)▪ déficit de qualidade dos transportes públicos (veículos, terminal, paragens)▪ inexistência/insuficiência de carreiras urbanas (incluindo questão da sobrelotação)▪ objectivos de rentabilidade económica que subjaz às empresas de transportes privadas▪ não articulação entre as diferentes empresas de transportes colectivos privados que servem o concelho▪ ligação ferroviária à margem sul não prevê servir directamente a sede do concelho de Sesimbra (ligação mais próxima será no Seixal)	
<p>Escassez de recursos</p> <ul style="list-style-type: none">▪ dependência da administração central no que respeita à execução de alguns investimentos/projectos estruturantes▪ desinvestimento do estado nos transportes colectivos públicos (concessão a privados sem garantir a manutenção de padrões mínimos de qualidade e de "serviço público")▪ inexistência/escassez de apoios estatais às empresas de transportes privadas (subsídios à função social das empresas de transportes privadas)▪ inexistência de uma política nacional de transportes que incentive/promova o uso dos transportes colectivos em detrimento do transporte individual▪ dimensão reduzida da frota municipal (impossibilidade de resposta da autarquia a todas as solicitações das associações, clubes e instituições escolares locais no que respeita à cedência de transporte municipal) (fracturante/polarizador das opiniões locais)▪ valorização do transporte privado em detrimento do transporte colectivo	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	C U L T U R A L E D E S P O R T O
<p>Crise do movimento associativo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dificuldades financeiras das associações culturais, recreativas e desportivas locais (número reduzido de associados e/ou número reduzido de sócios pagantes de quotas; escassez de subsídios; etc.) ▪ crise do associativismo (indisponibilidade para pertença aos corpos sociais, dinamização de actividades de forma voluntária, etc.) ▪ falta de formação dirigida aos dirigentes associativos, animadores, etc. ▪ inexistência na autarquia de ‘gabinete de apoio ao movimento associativo’ (informação/apoio jurídico; apoio à gestão financeira; promoção de formação para dirigentes associativos; guia de recursos sobre linhas de financiamento e apoios existentes a nível local e central; apoio à realização de candidaturas, etc.) ▪ excessiva dependência, por parte de algumas associações locais, do apoio da autarquia (concentração de grande parte das solicitações na câmara) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ passividade dos dirigentes associativos (não procura de fontes de apoio/financiamento alternativas; promoção de número restrito de actividades, etc.) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ débil cultura participativa da população portuguesa (formação cívica) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Património das diferentes associações, clubes e colectividades locais (infra-estruturas, equipamentos) ○ Investimentos recentes e projectados em novas instalações e equipamentos desportivos (possibilidade de aumentar a oferta desportiva no concelho) ○ Investimentos recentes e projectados em novas instalações e equipamentos culturais (possibilidade de aumentar a oferta cultural no concelho) ○ Disponibilidade da administração local (Autarquia e Juntas de Freguesia) para apoiar as associações, clubes e colectividades locais (de acordo com as suas reais possibilidades) ○ Disponibilidade da administração local (Autarquia e Juntas de Freguesia), mas também de associações culturais locais, para continuar a promover iniciativas de carácter cultural (perspectiva pedagógica/formação cultural da população residente) ○ Dinamismo de alguns clubes, associações e colectividades ao nível da oferta cultural e desportiva ○ Enraizamento local de alguns clubes, associações e colectividades locais ○ Oferta desportiva significativa e relativamente diversificada por parte de algumas associações e clubes (modalidades e escalões etários) ○ Efeito potencialmente multiplicador de projectos realizados em parceria no concelho (por exemplo, ‘Férias Jovens’, envolvendo um leque alargado de entidades locais num projecto de efectiva parceria) ○ Património histórico, cultural e arquitectónico do concelho (investimentos recentes e projectados para recuperação deste património) ○ Implementação, por parte da autarquia, do Programa Museológico do concelho (valorização integrada do património concelhio: recuperação do património edificado; dinamização da oferta cultural, etc.) 	
<p>Falta de articulação entre entidades locais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ pouca articulação entre associações, clubes e colectividades locais (manutenção de rivalidades que impossibilitam a rentabilização dos recursos existentes) ▪ falta de articulação entre o movimento associativo cultural e desportivo local, e entre aquele movimento associativo e outros actores sociais locais (instituições de ensino, IPSS’s, etc.) ▪ não abertura do espaço escolar (designadamente, instalações desportivas) à comunidade local (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ pouca abertura por parte de algumas instituições de ensino para colaborar em iniciativas das associações, clubes e colectividades locais 		
<p>Desqualificação da oferta cultural, recreativa e desportiva do concelho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ imagem social desqualificada do concelho em termos de museologia ▪ não rentabilização do património edificado do concelho para promoção de actividades culturais emblemáticas (castelo, cabo espichel, etc.) ▪ oferta pouco diversificada de actividades/eventos culturais no concelho (exposições, concertos, música, teatro, etc.) ▪ não valorização/divulgação deficiente das tradições culturais locais (cegadas, tradições orais, artefactos locais, tradições ligadas ao mar) ▪ não aproveitamento de alguns recursos existentes para fins turísticos (exemplo, calhaus) ▪ inexistência de uma política cultural da autarquia (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ degradação do património arquitectónico, histórico e cultural do concelho ▪ escassez de infra-estruturas desportivas/degradação de algumas das infra-estruturas existentes ▪ oferta desportiva pouco diversificada (concentração da oferta num número restrito de modalidades) 		

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Baixa adesão às iniciativas culturais e desportivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ falta de adesão da população em geral a iniciativas de carácter cultural (designadamente, as ditas mais eruditas) e/ou desportivo (condicionante da possibilidade de diversificação da oferta cultural e desportiva do concelho) ▪ baixa motivação da população adulta para a prática cultural e desportiva ▪ baixa motivação dos jovens para a prática cultural ▪ indisponibilidade das famílias (temporal ou 'psicológica') para acompanharem crianças e/ou jovens para a prática de actividades culturais e desportivas ▪ incapacidade/indisponibilidade de algumas associações, clubes e colectividades locais para adaptarem a promoção de actividades às expectativas e gostos dos jovens (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ envelhecimento da população e ocupação territorial dispersa nas zonas rurais do concelho ▪ deficiências na rede de transportes públicos (condicionante da mobilidade, sobretudo, de crianças e jovens) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Integração na Rede Portuguesa de Museus (RPM) ○ Possibilidades de articulação da dinamização cultural com o turismo ○ Programa Editorial da Câmara (investigação e divulgação do património concelhio) ○ Projectos/ Animações lúdico-pedagógicas desenvolvidas junto das escolas do concelho (passível ainda de maior dinamização) ○ Protocolo estabelecido com entidades locais no âmbito da RPM (cedência de obras- arte sacra) ○ Possibilidade de alargar o âmbito das parcerias ao nível da valorização e dinamização do património histórico-cultural do concelho ○ Linhas de financiamento para construção/requalificação de equipamentos e infra-estruturas desportivas (Administração Central, Fundos Comunitários) ○ Possibilidade de candidatura a Fundos Comunitários por via da integração na Rede Portuguesa de Museus (RPM) ○ Adesão de grupos sociais específicos a iniciativas de carácter cultural inovadoras no concelho (exposições, declamação de poesia, teatro, etc.) ○ Promoção, por parte de associações e colectividades locais, de serviços à comunidade que não na área estrita do desporto e da cultura (por exemplo, área da saúde, cedência de espaços, etc.) ○ Bom relacionamento entre a autarquia e as Juntas de Freguesia e o movimento associativo local (reconhecimento, pela maioria das associações locais, do esforço da autarquia e das Juntas de Freguesia no apoio ao movimento associativo)
<p>Insuficiência e/ou inadequação dos equipamentos culturais e desportivos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ inexistência/escassez de equipamentos cobertos e devidamente infra-estruturados, que possibilitem, a promoção de actividades culturais (exposições, teatro, cinema, música, etc.) ▪ sobrelotação de instalações e equipamentos desportivos em determinados períodos do dia (concentração de actividades em determinados períodos, em função, designadamente, dos horários escolares) ▪ falta de instalações e equipamentos desportivos cobertos (obstáculo à diversificação da oferta desportiva no concelho) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ carências ao nível das instalações e serviços de apoio nalguns equipamentos desportivos (balneários, etc.) ▪ manutenção deficitária dos equipamentos e infra-estruturas desportivas existentes / degradação de alguns equipamentos e infra-estruturas 	
<p>Escassez de recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ actual conjuntura económica ▪ perda do estatuto de região de objectivo 1 da rlvt (impossibilidade de recorrer a alguns dos fundos do programa operacional de cultura – poc) ▪ terminus do 3º quadro comunitário de apoio (2006) ▪ escasso apoio da administração central ao movimento associativo ▪ desconhecimento, por parte de alguns dirigentes associativos locais, das linhas de financiamento promovidas pela administração central (falta de divulgação, dificuldades na apropriação de regulamentos e cadernos de encargos complexos, etc.) ▪ pouca abertura dos empresários locais para apoiar o movimento associativo local (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ distribuição não equitativa de verbas pelas diferentes entidades/modalidades existentes no concelho (favorecimento de umas entidades/modalidades em detrimento de outras) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ maior apoio ao movimento associativo desportivo que ao movimento associativo cultural (privilégio do 'desporto' em detrimento da 'cultura') (fracturante/polarizador das opiniões locais) 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	I M I G R A N T E S		
Precariedade das condições de vida <ul style="list-style-type: none">• residência em locais sem condições de habitabilidade e salubridade sobretudo na freguesia da quinta do conde (anexos, garagens, etc.)• actual conjuntura económica (aumento do desemprego também entre os imigrantes)• baixo rendimento escolar de algumas crianças e jovens em função das situações de carência em que vivem os seus agregados (designadamente, privações de ordem alimentar)• auto-isolamento de algumas comunidades de imigrantes• 'exploração' de alguns imigrantes (tentativas de tirar proveito da sua situação de vulnerabilidade tanto na área da habitação, como do emprego)	<ul style="list-style-type: none">○ Existência de algumas entidades com intervenção pontual ao nível do apoio social aos imigrantes (cursos de língua portuguesa, apoio social e/ou alimentar, etc.)○ Constituição recente de Associação de imigrantes de Leste na Península de Setúbal (disponibilidade e interesse dos seus dirigentes no estabelecimento de formas de cooperação com as entidades nacionais e locais)○ Perspectiva de criação de programas / serviços de apoio aos imigrantes por parte das entidades oficiais (administração central e administração desconcentrada): área do emprego e da educação/formação (criação de UNIVA's, cursos de língua portuguesa, etc.)○ Inexistência de situações de conflitualidade grave (manifesta ou latente) com e/ou entre imigrantes○ Inexistência de situações de animosidade/conflitualidade no espaço escolar○ Facilidade de integração sócio-económica das 'novas' comunidades imigrantes (sobretudo, imigrantes dos países de Leste e do Brasil)○ Facilidade de integração no sistema de ensino, em especial, por parte de crianças e jovens originários dos países de Leste (elevado nível cultural, valorização da cultura escolar, motivação para processos de aprendizagem, envolvimento da família, etc)○ Elevado nível cultural dos imigrantes originários dos países do Leste Europeu			
Inexistência / escassez de estruturas de apoio <ul style="list-style-type: none">• número reduzido de entidades com intervenção ao nível do apoio social aos imigrantes• inexistência no concelho de estruturas oficiais/serviços/programas integrados de apoio aos imigrantes (inexistência de respostas oficiais que possibilitem uma intervenção integrada e global junto das comunidades de imigrantes)• dificuldades de integração escolar das crianças e jovens originários dos PALOP's (barreiras culturais, linguísticas, etc.)• inexistência de acções de sensibilização para os factores de integração social (dirigidos tanto aos imigrantes, quanto à população residente em geral)• escassez de cursos de língua e cultura portuguesa (promoção da integração social dos imigrantes)				
Elevada mobilidade residencial e funcional <ul style="list-style-type: none">• inexistência de diagnóstico social aprofundado sobre imigrantes residentes no concelho de sesimbra (número, origem, problemas, condições de alojamento, emprego, condições de vida, etc.)• mobilidade residencial elevada de alguns grupos de imigrantes• situação de ilegalidade de alguns imigrantes (ausência de autorização de residência), o que dificulta a capacidade de intervenção por parte das entidades oficiais (emprego, habitação, formação, etc.)				

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES	A C Ç Ã O S O C I A L
<p>Contextos familiares disfuncionais / famílias desestruturadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ enquadramento de crianças e jovens em contextos familiares disfuncionais (famílias desestruturadas) ▪ inexistência/escassez de “educadores familiares e sociais” que façam um acompanhamento e apoio continuado às famílias (famílias desestruturadas) ▪ violência no contexto familiar (entre cônjuges; pais para filhos) ▪ sentimento de isolamento vivenciado por algumas crianças e jovens (por vezes, são os próprios a solicitar às entidades competentes o não encerramento dos seus processos) ▪ dificuldades de gestão doméstica e familiar por parte de alguns agregados (gestão financeira, cuidados de saúde, higiene, etc.) ▪ toxicodependência e alcoolismo em contexto familiar ▪ ‘resistência’, por parte de alguns agregados, à intervenção de técnicos de apoio social no seu agregado familiar <p>Crianças e jovens em situação de risco</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ inexistência/insuficiência de estruturas de apoio e de acolhimento a crianças e jovens sem suporte/rede familiar ▪ insuficiência de técnicos especializados que viabilizem um apoio social integrado e continuado no espaço escolar a crianças e jovens sinalizados e/ou em situação de risco (apoios educativos) ▪ institucionalização de crianças e jovens sinalizados por falta de recursos que possibilitem um acompanhamento integrado de todo o agregado familiar (institucionalização por falta de alternativas viáveis e céleres de intervenção) ▪ aumento do número de sinalizações de crianças e jovens por dificuldades de regulação do poder paternal (processos de divórcio) ▪ aumento do número de adolescentes grávidas ▪ não consentimento por parte de algumas famílias à abertura de processos <p>Desresponsabilização/‘demissão’ das famílias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ crescente ‘delegação de competências’ familiares nas instituições: apoio a idosos, crianças, deficientes, etc. ▪ alteração dos valores tradicionais da ‘família’ e da estrutura familiar ‘clássica’ ▪ não promoção de acções de formação/sensibilização familiar <p>Escassez de estruturas de apoio à família</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ inexistência / insuficiência de estruturas e serviços de apoio à família (condicionante da real possibilidade que alguns indivíduos têm de cuidar de familiares dependentes: idosos, crianças, deficientes, etc) ▪ falta/escassez de equipamentos sociais de apoio às famílias (creches, jardins de infância, centros de dia/noite, refeitórios escolares, centro de ocupação de tempos livres, etc.) ▪ agregados sem outras estruturas familiares de apoio (isolados, idosos, deficientes, etc.) <p>Articulação deficiente / Insuficiente da intervenção local</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ desarticulação / descoordenação da intervenção local (falta de articulação entre algumas das entidades locais) ▪ inexistência de diagnóstico social aprofundado e global sobre os principais problemas e necessidades do concelho ▪ inexistência de uma política social global concelhia ▪ falta de articulação com movimento associativo cultural e desportivo local (não potenciação dos recursos existentes localmente) ▪ resistência, quer de alguns utentes, quer de algumas instituições, à delimitação de áreas geográficas de intervenção (condicionante da optimização dos recursos existentes) (fracturante/polarizador das opiniões locais) ▪ falta de articulação com empresários locais (procura de soluções alternativas de emprego) ▪ dificuldades de relacionamento com alguns serviços desconcentrados da administração central (emprego, formação, acção social, etc.) por falta de recursos nos próprios serviços (fracturante/polarizador das opiniões locais) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação da Rede Social no concelho ○ Multiplicidade e diversidade de entidades com intervenção local (possibilidade de rentabilização dos recursos) ○ Tendência para uma crescente articulação das diversas entidades locais (já visível na procura de respostas concretas no terreno; soluções integradas e não apenas pontuais) ○ Esforço de ‘formação cívica’ das famílias que tem vindo a ser feito pelas equipas de intervenção local (famílias assumirem as suas responsabilidades no cuidado aos familiares dependentes: crianças, idosos, deficientes, etc.) ○ Promoção de algumas acções de formação dirigidas à famílias disfuncionais: gestão financeira doméstica, higiene, aptidões sociais e cognitivas, etc.) ○ Bom relacionamento entre técnicos das algumas entidades com intervenção social local (capacidade de resolução de alguns problemas de forma informal e célere) ○ Boa articulação entre entidades locais no que respeita à sinalização de crianças e jovens em risco ○ Empenhamento e dinamismo de algumas entidades locais no que respeita à procura de respostas ao nível do voluntariado (sobretudo, recursos humanos) ○ Formas/metodologias de articulação encetadas com sucesso entre algumas entidades de intervenção social local e alguns serviços desconcentrados da administração central (emprego, formação, acção social, etc.) ○ Capacidade e qualidade de resposta ao nível dos Cuidados de Saúde Continuados ○ Existência no concelho de entidades/movimentos associativos (Sociedade Civil) fortemente empenhados no apoio à intervenção social ○ Forte empenhamento de alguns técnicos (de vários sectores de actividade: saúde, educação/formação, emprego, voluntariado, acção social, etc.) 	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Escassez de equipamentos e serviços de apoio a grupos sociais vulneráveis: idosos, crianças e deficientes</p> <ul style="list-style-type: none">▪ carências ao nível do pré-escolar da rede pública (creches, jardins de infância)▪ inadequação dos horários de funcionamento dos equipamentos escolares (e serviços de apoio) às necessidades das famílias (prolongamento dos horários de funcionamento)▪ falta de espaços e equipamentos de lazer e recreio para crianças e jovens (dotados de monitores formados)▪ escassez de programas, actividades e apoios dirigidos aos jovens (ocupação de tempos livres, actividades culturais, actividades de lazer e recreio, visitas de estudo, etc.)▪ falta de salas de estudo devidamente equipadas e monitorizadas▪ escassez de equipamentos geridos pelas IPSS's (designadamente para os idosos)▪ carências ao nível da prestação de cuidados de saúde ao fim de semana (cuidados continuados)▪ não rentabilização de todos os recursos existentes (ex.: unidade de apoio integrado existente numa IPSS local) (fracturante/polarizador das opiniões locais)▪ carências ao nível do apoio domiciliário (idosos)▪ falta de actividades, espaços e equipamentos de recreio e lazer adequados para fruição da população idosa do concelho (designadamente, não promoção de respostas dirigidas aos idosos não dependentes que fomentem a sua participação cívica na vida da comunidade local: solidão/isolamento social de idosos)▪ falta de formação/formação inadequada de alguns dos profissionais que trabalham com os idosos▪ inadequação da rede de transportes públicos (condicionante da capacidade de acesso a equipamentos e serviços por parte individuais sem transporte individual)▪ carência de mais uma residência para deficientes (incapacidade de resposta a todas as solicitações)	
<p>Escassez de recursos</p> <ul style="list-style-type: none">▪ escassez de recursos das entidades locais (recursos humanos, financeiros, materiais, logísticos)▪ extensão e profundidade dos problemas sociais existentes no concelho▪ limitações do mercado de emprego local▪ divulgação insuficiente dos serviços de apoio e recursos existentes localmente (população não sabe onde se dirigir)▪ alterações às políticas sociais (administração central)▪ falta de técnicos especializados no apoio às escolas (incapacidade das escolas para dar resposta integrada às crianças com necessidades educativas especiais)▪ actual conjuntura económica (agravamento dos problemas sociais)▪ escassez de recursos transferidos da administração central para a administração local▪ desarticulação institucional (administração central)▪ dificuldades de resposta por parte de serviços desconcentrados da administração central (emprego, formação, acção social, etc.) por falta de recursos nos próprios serviços▪ inexistência na autarquia de gabinete de apoio ao movimento associativo (vertente 'intervenção social' - guia de recursos sobre linhas de financiamento e apoio existentes a nível central e local, apoio à realização de candidaturas, etc.)▪ situação de vulnerabilidade financeira permanente da IPSS's em função das prestações da segurança social por utente (fracturante/polarizador das opiniões locais)	

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>Inexistência / insuficiência de equipamentos e estruturas de apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ não rentabilização de todos os recursos existentes (ex.: Unidade de Apoio Integrado existente numa IPSS local) ▪ limitações de espaço nas actuais instalações do Centro de Saúde ▪ projecto para o novo Centro de Saúde de Sesimbra não contempla instalações para internamento / enfermarias de retaguarda (perda de uma valência que o Centro de Saúde tem actualmente) ▪ limitações de espaço e inadequação das instalações da Extensão do Centro de Saúde na Quinta do Conde (freguesia mais carenciada ao nível da prestação de cuidados de saúde) ▪ falta de resposta / resposta deficiente do HGO aos utentes do concelho de Sesimbra ▪ inexistência de serviços de saúde mental ▪ deficiências da rede de transportes colectivos condiciona acesso da população ao Centro de Saúde/SAP ▪ falta de resposta de alguns serviços desconcentrados da administração central (acção social) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Existência do SAP ○ Programa de Cuidados Continuados (projecto realizado numa parceria alargada) ○ Projectos para construção de novos equipamentos de saúde (Centro de Saúde de Sesimbra; extensão na Quinta do Conde) ○ Disponibilidade dos profissionais dos serviços de saúde locais para fazer face/encontrar alternativas à escassez de humanos e à inadequação das condições de trabalho ○ Disponibilidade de entidades com intervenção local ao nível dos serviços de apoio à prestação de cuidados de saúde para integrarem projectos locais de parceria ○ Razoável cobertura farmacêutica no concelho ○ Projecto de uma IPSS local para construção de um lar na freguesia da Quinta do Conde (ainda em projecto) ○ Boa cobertura da freguesia da Quinta do Conde no que respeita a clínicas privadas ○ Percepção por parte das instituições de ensino que os profissionais de saúde têm feito o máximo possível no âmbito da saúde escolar ○ CAT integrado no Centro de Saúde (experiência piloto de sucesso) ○ PIT's na vila e na Quinta do Conde (parceria Câmara e Centro de Saúde) ○ Diagnóstico realizado no âmbito do Projecto de Cuidados Continuados (recurso importante para planeamento de equipamentos, infra-estruturas, ...) ○ Espaço Adolescente (espaço de informação para os jovens do concelho; parceria entre a Câmara e o Centro de Saúde)
<p>Escassez de recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ escassez de recursos humanos (designadamente, médicos) ▪ escassez de recursos limita a possibilidade de intervenção mais integrada e formativa ao nível da saúde escolar ▪ restrições orçamentais (administração central) ▪ pressão institucional (Ministério da saúde) para se associar produtividade ao número de actos médicos e de enfermagem (em detrimento de outros projectos desenvolvidos na comunidade local) 	

Como se afirmou anteriormente, do ponto de vista do planeamento futuro da intervenção no concelho impõe-se o accionamento de metodologias que possibilitem aferir o grau de consenso efectivo face a uma determinada questão, mas aferir também até que ponto os actores locais estão efectivamente disponíveis e interessados em mobilizar os seus recursos para determinada acção.

Ainda que este constitua um passo fundamental na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, na fase final de elaboração do Diagnóstico Social procurou-se obter uma primeira aproximação àqueles domínios junto do conjunto das entidades com assento no Conselho Local de Acção Social do Concelho de Sesimbra.

Como resultado observa-se que, **em termos da intervenção social a promover a curto prazo no concelho, os problemas considerados prioritários pelo CLAS são os seguintes:**

1. Inexistência / insuficiência de equipamentos e estruturas de apoio na área da Saúde
2. Abandono e insucesso escolar
3. Escassez de equipamentos e serviços de apoio a grupos sociais vulneráveis: idosos, crianças e deficientes
4. Inexistência de uma estratégia de desenvolvimento económico integrado para o concelho

Significativamente, no entanto, como se pode observar no quadro seguinte, do total de problemas identificados ao longo do Diagnóstico **apenas um número muito reduzido de problemas se assume, nesta fase, como medianamente mobilizador daqueles agentes locais**, o que vem reforçar a importância de na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do concelho serem definidos rigorosamente, desde a fase inicial, a efectiva contribuição, as competências e as funções de cada entidade, sob pena da não exequibilidade daquele mesmo Plano.

PROBLEMAS E FRAGILIDADES	ENTIDADES DO CLAS QUE MANIFESTAM TER RECURSOS/ESTAR DISPONÍVEIS PARA INTERVENÇÃO FUTURA
Abandono e insucesso escolar (Educação e Formação)	10
Articulação deficiente / insuficiente da intervenção local (Acção Social)	9
Crianças e jovens em situação de risco (Acção Social)	8
Escassez de equipamentos e serviços de apoio a grupos sociais vulneráveis: idosos, crianças e deficientes (Acção Social)	8
Contextos familiares disfuncionais / famílias desestruturadas (Acção Social)	7
Desresponsabilização/'demissão' das famílias (Acção Social)	7
Inexistência / insuficiência de equipamentos e estruturas de apoio (Saúde)	7
Escassez/inadequação da oferta formativa (formação profissional) (Educação e Formação)	6
Insuficiência / inadequação de acções de sensibilização, informação e formação (Toxicodependência e Alcoolismo)	6
'Debilidade' do enquadramento familiar (Toxicodependência e Alcoolismo)	6
Crise do movimento associativo (Cultura e Desporto)	5
Falta de articulação entre entidades locais (Cultura e Desporto)	5
Inexistência / escassez de estruturas de apoio (Imigrantes)	5
Escassez de estruturas de apoio à família (Acção Social)	5
Falta de articulação da intervenção (Educação e Formação)	4
Carências ao nível do parque escolar/sistema educativo (Educação e Formação)	2
Definição incorrecta de uma estratégia de desenvolvimento turístico (Actividades económicas e emprego)	2
Degradação do parque habitacional da Vila de Sesimbra - (Habitação e urbanismo)	2
Degradação do património natural e ambiental (Habitação e urbanismo)	2
Acessibilidades intra e inter concelhias deficitárias (Acessibilidades e Transportes)	2
Desqualificação da oferta cultural, recreativa e desportiva do concelho (Cultura e Desporto)	2
Escassez de recursos humanos, materiais e financeiros (Educação e Formação)	1
Inexistência, no passado, de uma estratégia de desenvolvimento económico integrado para o concelho (Actividades económicas e emprego)	1
Desertificação da vila de Sesimbra - (Habitação e urbanismo)	1
Reduzida oferta habitacional para grupos sociais mais carenciados (habitação social e habitação a custos controlados) (Habitação e urbanismo)	1
Crescimento urbanístico desordenado (Habitação e urbanismo)	1
Baixo padrão de qualidade de vida (Habitação e urbanismo)	1
Alcoolismo (Toxicodependência e Alcoolismo)	1
Escassez e sub-aproveitamento de recursos (Toxicodependência e Alcoolismo)	1
Escassez de recursos (Acessibilidades e Transportes)	1
Insuficiência e/ou inadequação dos equipamentos culturais e desportivos (Cultura e Desporto)	1
Escassez de recursos (Cultura e Desporto)	1
Conjuntura económica actual (Actividades económicas e emprego)	0
Constrangimentos à intervenção da Administração Local (Actividades económicas e emprego)	0
Especulação imobiliária (Promotores imobiliários privados) – (Habitação e urbanismo)	0
Descaracterização progressiva da Vila de Sesimbra - (Habitação e urbanismo)	0
Falta de condições de habitabilidade e de condições de salubridade de alguns agregados (Habitação e urbanismo)	0
Escassez de recursos financeiros da autarquia (Habitação e urbanismo)	0
Novos padrões de consumo (Toxicodependência e Alcoolismo)	0
Inadequação da rede de transportes públicos às necessidades (Acessibilidades e Transportes)	0
Baixa adesão às iniciativas culturais e desportivas (Cultura e Desporto)	0
Precariedade das condições de vida (Imigrantes)	0
Elevada mobilidade residencial e funcional (Imigrantes)	0
Escassez de recursos (Acção Social)	0
Escassez de recursos (Saúde)	0

III - NOTAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Em face da análise efectuada ao longo de todo o trabalho de Diagnóstico, observou que não só o concelho de Sesimbra se assume como um **território com especificidades muito próprias no contexto da Área Metropolitana, como as assimetrias intra-concelhias configuram a coexistência de realidades bem distintas**. Mais afastado das dinâmicas de crescimento metropolitano que, nas décadas de 60 e de 70, 'estruturaram' o modelo de desenvolvimento sócio-económico de grande parte dos concelhos da AML, Sesimbra confronta-se, hoje, com uma pressão populacional urbanística significativa. Esta faz-se sentir, no entanto, de forma desigual pelo concelho: se nalgumas zonas parecem manter-se algumas características de ruralidade, outras (sobretudo a Quinta do Conde) assumem-se já como as principais áreas de expansão e de crescimento urbanístico e populacional (de tal forma que, já hoje, boa parte dos indicadores-padrão do concelho são já 'ditados' pelo comportamento da Quinta do Conde).

Num certo sentido, poder-se-á dizer que o relativo afastamento de Sesimbra das dinâmicas metropolitanas de crescimento urbano e populacional das décadas anteriores, preservou o concelho da emergência/agravamento de problemas sociais próprios de formações territoriais mais densas. Actualmente, todavia, a pressão urbanística e populacional que sobre ele impende tenderá a fazer emergir situações mais complexas socialmente.

Assim e tendo por base os resultados do Diagnóstico, considera-se que o concelho de Sesimbra se confronta actualmente com 5 desafios estratégicos principais:

- **Reforçar uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável do concelho**, que **alie os objectivos de crescimento económico** e a qualificação da actividade produtiva, aos de **preservação paisagística, ambiental e arquitectónica**;
- **Salvaguardar perdas significativas a curto/médio prazo na generalidade dos indicadores de qualidade de vida** por via a pressão urbanística e populacional sobre o concelho;
- **Definir, no âmbito da Rede Social, uma Política Social Concelhia**, mobilizadora de um conjunto alargado de actores sociais, em torno de objectivos comuns (estruturação e articulação da intervenção);
- **Definir uma política educativa/estratégia de combate ao abandono insucesso escolar de âmbito concelhio**, por forma a que seja mobilizadora de actores com intervenção em diferentes domínios de actividade (educação, formação, emprego, saúde, apoios educativos, apoio familiar, etc.) e, por esta via, promotora de acções sistémicas e socialmente integradoras.
- **Assumir a Rede Social como uma estrutura de planeamento, de decisão e de intervenção estratégica**, que, gradualmente, vá induzindo factores de ruptura com uma cultura organizacional mais auto-centrada sectorialmente.

A identificação dos principais problemas sociais e dos principais recursos existentes, mas também destes desafios estratégicos, possibilita a formulação de um conjunto sistematizado de recomendações estratégicas que se considera deverem orientar a intervenção no concelho e, desde logo, estruturar a concepção do Plano de Desenvolvimento Local do Concelho de Sesimbra.

Como se afirmou logo no início, existe a convicção de que a utilidade de um documento desta natureza decorre do(s) ganho(s) em termos de capacidade de reflexão estratégica que conseguir impulsionar. Assim, o conjunto de recomendações estratégicas elaborado decorre não de um exercício teórico-analítico descontextualizado da realidade local, mas, pelo contrário, da reflexão crítica e do cruzamento dos problemas e recursos localmente identificados, e da identificação dos principais nós problemáticos e obstáculos à intervenção. Subsidiária desta perspectiva, a **concepção das recomendações estratégicas foi norteada por critérios de objectividade, pragmatismo e aderência à realidade social.**

Com a formulação de um conjunto sistematizado de recomendações, e tendo por base os resultados do Diagnóstico, procura-se então **induzir ganhos em termos de capacidade de reflexão e de intervenção estratégica sobre o território.**

Em termos operacionais, esta postura tem uma implicação directa: **o conjunto de recomendações não se orienta exclusivamente para a identificação das necessidades de edificação, por exemplo, de equipamentos** escolares, culturais, desportivos ou de saúde, para a necessidade de construção de **fogos de habitação social**, para a necessidade de se finalizarem os trabalhos de **infra-estruturação básica do concelho** (saneamento), etc.

Como se pôde observar ao longo do Relatório, **não só muitas destas intervenções estruturantes estão já planeadas, como, objectivamente, a concretização de muitas delas depende da Administração Central.**

Sem minimizar a importância destes investimentos (e, por isso mesmo, algumas das recomendações se centram na necessidade de actualizar permanentemente o diagnóstico por forma a planear estrategicamente aqueles investimentos), o conjunto de recomendações elaborado apela, sobretudo, à **reconceptualização das formas de pensar e de intervir localmente.** Esta postura surge associada a dois pressupostos principais:

- por um lado, tal postura só é possível porque se **identificaram no terreno um conjunto de recursos e potencialidades passíveis de rentabilização/potenciação;**
- por outro, porque se acredita que é possível incrementar a intervenção social local, **sem que isso implique, necessariamente, um aumento significativo dos custos e dos recursos necessários.**

Tendo por pano de fundo todos os pressupostos enunciados, apresentam-se, de seguida, as Recomendações Estratégicas:

RECOMENDAÇÕES DE ÂMBITO GERAL (metodologias de trabalho e culturas institucionais e organizacionais)

Reconceptualizar a acção local

- **Promover processos participados de planeamento estratégico no concelho**, como forma de maior investimento na implementação de novas (outras) formas de **intervenção estruturadas em torno de projectos que envolvam agentes públicos e privados, centrais e locais**. Porque da sua intervenção depende, em larga medida, a concretização das opções estratégicas do desenvolvimento concelhio, considera-se que a definição das linhas e dos objectivos estratégicos de desenvolvimento do Concelho deverá ter também por referência os objectivos e a(s) estratégia(s) dos actores sociais locais (educação, ambiente, saúde, cultura e desporto, juventude, etc.) e não apenas a orientação da administração pública local e/ou dos serviços desconcentrados da administração central;
- **Definir estratégias de desenvolvimento do concelho e de intervenção local multidimensionais e multisectoriais** (e não espartilhadas em áreas sectoriais estanques). Sugere-se, assim, a **incorporação de uma 'cultura de projecto' nas formas de intervenção local** que permita, por um lado, fazer face à complexidade dos problemas sociais com intervenções pluri-disciplinares, por outro que, por esta via, possibilite congregar os esforços e os recursos de vários actores sociais locais em torno de objectivos estratégicos comuns;
- **Consolidar o papel da Rede Social como fórum inter-institucional e comunitário de decisão estratégica**, assumindo e reforçando o seu papel (potencial) de formação e qualificação das parcerias institucionais e comunitárias, por um lado, e encarando os seus instrumentos de planeamento (designadamente Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção) como estruturantes da intervenção social no concelho, por outro;
- **Investir na permanente actualização do Diagnóstico Social do concelho e respectivo Sistema de Informação**, por forma a adequar a intervenção a eventuais alterações/emergência de problemas, recursos, etc. A actualização do Sistema de Informação deverá ser assumida como uma responsabilidade de todos os parceiros, razão pela qual todos se deverão sentir responsabilizados pela produção e fornecimento, em devido tempo, dos elementos de informação necessários para a sua alimentação permanente;

- **Desenvolver formas de agilizar e tornar transparentes os canais de comunicação dentro da Rede Social**, e construir **sistema de comunicação/marketing social face ao exterior**, divulgando o trabalho efectuado e trocando experiências com outros contextos nacionais e até internacionais;
- **Conceber um sistema organizacional e de gestão eficaz** na rentabilização de tarefas, reuniões, calendários, de modo a que, de forma concertada, permita contemplar as múltiplas parcerias comuns a grande parte dos actores locais, enquadrando-as no âmbito da Rede Social, enquanto fórum inter-institucional e comunitário (RSI; CPCJ, Conselhos Municipais, etc.).

Promover maior articulação entre actores sociais locais, reforçando as dinâmicas de parceria existentes

- **Impulsionar o redimensionamento das parcerias consolidadas existentes no terreno**. Trata-se, no fundo, de tentar alargar uma cultura de parceria já incorporada nas práticas quotidianas de intervenção de um número, por enquanto ainda restrito (e relativamente fechado sobre si próprio), de entidades locais. Tendo por ponto de partida essas mesmas parcerias, poderão ser desenvolvidos esforços no sentido de, gradualmente, ir 'chamando' outras entidades para a realização projectos específicos;
- **Alargar o espectro de áreas sectoriais presentes nas parcerias existentes**, incorporando a ideia de que, mesmo entidades cuja área principal de actividade não é a área do 'Social' poderão dar contributos importantes no desenvolvimento de projectos específicos. A possibilidade de articulação e de desenvolvimento de iniciativas comuns entre a comunidade escolar e, por exemplo, o movimento associativo cultural e desportivo local é disso exemplo ou mesmo a possibilidade de cedência mútua de recursos entre IPSS's e associações/colectividades (de que há experiências piloto de sucesso noutros concelhos);
- **Promover a implicação efectiva das entidades nos projectos, por via da contratualização das parcerias**: definição das áreas de intervenção e das responsabilidades de cada uma das entidades em cada projecto/acção, definir antecipadamente e detalhadamente a afectação de recursos e os cronogramas de execução.

RECOMENDAÇÕES DE ÂMBITO ESPECÍFICO

Redinamizar e (re)qualificar a actividade económica do concelho

- **Definir uma estratégia de desenvolvimento económico, criando as infra-estruturas necessárias à captação de actividade económica** (incentivo à instalação de actividades no concelho). A definição desta estratégia deverá ser enquadrada nas dinâmicas produtivas regionais e nacionais, por forma a investir em **nichos de mercado** específicos;
- **Criar incentivos formais para a criação/captação de actividades económicas e/ou para a requalificação da actividade existente** (por exemplo, incentivos para proprietários de estabelecimentos comerciais que promovam a qualificação dos seus espaços comerciais: benefícios fiscais, cedência de terrenos/espacos, etc.);
- **Manter apoios à promoção de eventos específicos** (designadamente, feiras, exposições) por meio das quais é feita a promoção de produtos tradicionais e artesanais locais, mas **alargar o seu espectro de divulgação/marketing**;
- **Criar ‘zonas de consenso’ entre os vários agentes locais com intervenção ao nível das actividades marítimas do concelho**. Sem forte investimento numa estratégia de desenvolvimento turístico que concilie os interesses e as actividades de todos os agentes implicados, dificilmente se conseguirá promover uma intervenção integrada e sustentada (designadamente ao nível da dinamização das actividades náuticas de recreio);
- **Articular objectivos de desenvolvimento económico com preservação do património natural e ambiental do concelho**, sob pena de dissipar algumas das mais-valias em termos de segmentos turísticos específicos;
- **Diversificar a oferta cultural, recreativa e desportiva do concelho**, de modo a, progressivamente, **dissociar a imagem do concelho como um destino turístico apenas de ‘sol e praia’**;
- **Criar uma bolsa de emprego concelhia** que articule a habilitação/qualificação e o tecido empresarial local.

Requalificar urbanisticamente o território concelhio, esbatendo assimetrias intra-concelhias e promovendo a coesão territorial

- **Redimensionar investimentos nos factores de qualificação do espaço público e qualidade de vida:** infra-estruturas básicas, equipamentos, espaços públicos de lazer, espaços verdes, etc.;
- **Planear / actualizar continuamente a Carta de Equipamentos do concelho por forma a salvaguardar perdas em termos de Qualidade de Vida,** em função da forte pressão populacional e urbanística sobre o território concelhio (que se prevê continuar nos anos seguintes); mas também por forma a antecipar e criar respostas atempadas às necessidades de equipamentos e infra-estruturas para grupos sociais específicos: equipamentos de apoio a crianças (por exemplo, pré-escolar), idosos, deficientes, etc.
- **Promover projecto integrado de requalificação urbanística da Vila de Sesimbra,** minimizando, tanto quanto possível, os riscos de descaracterização da sua malha tradicional;
- **Promover a preservação/valorização do património natural e ambiental do concelho.** A este nível inclui-se, necessariamente, a continuidade dos investimentos e projectos implementados e/ou projectados, mas que poderão ser reforçados, designadamente, mediante o apoio à investigação e divulgação científica alargada deste património, recorrendo, para esse efeito, ao **know-how de entidades com intervenção local e regional.** Para além dos ganhos em termos paisagísticos e de qualidade de vida, poderá representar uma mais-valia adicional ao potencial turístico do concelho (em função, até, da crescente segmentação e especialização dos mercados turísticos: eco-turismo, turismo ambiental, etc.). Em domínios específicos, e numa perspectiva de educação ambiental, mas também de formação cívica, poder-se-iam desenvolver projectos junto, por exemplo, da comunidade educativa local (desde que fossem planeados atempadamente, por forma a que as instituições de ensino os pudessem incluir nos seus projectos educativos de escola);
- **Promover projecto global de eliminação de barreiras arquitectónicas.**

Reforçar os ‘investimentos’ nas formas de combate à desertificação da vila de Sesimbra promovendo em simultâneo a requalificação do seu património edificado

- **Criar Guia de Recursos sobre Programas/medidas de política imanentes da administração central ao nível dos apoios ao arrendamento jovem, incentivos à reabilitação de fogos/edifícios degradados, cooperativismo, etc..** Para além do desconhecimento sobre a (eventual) existência deste tipo de programas e incentivos, a regulamentação legal nem sempre é facilmente apropriada por pessoas sem domínio de linguagens técnicas específicas, pelo que se torna um factor de desmotivação de um eventual recurso a estas medidas de política. Por este motivo, o Guia de Recursos, que deverá ser permanentemente actualizado por forma a ir integrando as alterações de medidas de política de habitação (administração central), deverá transpor para uma linguagem acessível a todos, os requisitos exigidos, os benefícios associados, a documentação necessária e os serviços onde essa documentação deverá ser tratada, prazos, custos, etc. Este guia de recursos poderia ser disponibilizado nos órgãos da administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), havendo técnicos destacados para o acompanhamento e orientação destes processos;
- **Criar incentivos, a nível local, à fixação de população na Vila de Sesimbra e à requalificação do edificado degradado (habitação permanente).** Estes incentivos poderão ser de natureza diversa (fiscais, linhas de crédito bonificado, apoio à concepção técnica de projectos de arquitectura, cedência de materiais, acompanhamento/fiscalização da obra, etc.), devendo ser salvaguardada, necessariamente, a sua utilização apenas para fins de habitação permanente e não para a realização de mais-valias imobiliárias.

Definir intervenções integradas junto da população residente (e/ou a realojar) nos bairros municipais que promovam processos de revalorização identitária, processos de mobilidade social, assim como a aquisição de competências sociais e funcionais específicas

- **Reforçar o investimento na integração social e urbanística dos bairros de habitação municipal na malha urbana** (concretização dos objectivos de política de habitação municipal que se orientam no sentido da procura de soluções habitacionais diversificadas);
- **Promover processos de realojamento que, para além da erradicação de formas de habitat insalubres, definam também como objectivo desencadear mecanismos de revalorização identitária e de mobilidade social das populações alvo de realojamento.** Perfilha-se, assim, uma abordagem de

médio/longo prazo que não se restrinja à procura das melhores soluções habitacionais possíveis para aquelas famílias, mas que consiga, em simultâneo, induzir processos de autonomização daqueles agregados;

- **Reforçar os mecanismos de co-responsabilização dos agregados alvo de realojamento na manutenção do fogo, mas também do espaço público.** Se tal não se verificar, os efeitos decorrentes das operações de requalificação dos bairros sociais municipais tenderão a ser efémeros. No sentido em que a promoção dessa noção de responsabilidade partilhada implica uma mudança de “mentalidades”, terá de ser concebida como um processo ao longo do qual terão de ser promovidas diferentes iniciativas (eventualmente diferenciadas consoante se dirijam prioritariamente a um ou outro grupo social) e ao qual poderão/deverão ser chamados a participar diferentes entidades com intervenção local (Junta de Freguesia, Comissão de moradores, IPSS's, escolas, etc.);
- **Implementar projectos de intervenção social local nos bairros municipais e/ou junto destas populações,** projectos esses que se considera deverem amplamente participados pela multiplicidade de actores sociais locais e/ou com intervenção nestes bairros, mas também, significativamente, por diferentes Departamentos/Divisões da autarquia (educação, saúde, acção social, juventude, cultura, desporto, etc.), pois só assim se conseguirão **promover intervenções sociais efectivamente integradoras.**

Definir uma política social global e integrada para o concelho

- **Definir, no âmbito da Rede Social, uma política social global para o concelho, estabelecendo designadamente mediante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, as prioridades de intervenção e os objectivos estratégicos para o concelho num horizonte de curto e médio prazo.** A definição de uma política social do concelho no âmbito da Rede Social, permitirá, desde logo, incluir nas opções e orientações estratégicas de intervenção, as competências técnicas, as motivações e os recursos de um conjunto alargado de instituições, favorecendo o carácter sistémico de intervenções e a rentabilização dos recursos.
- **Criar Banco de Dados centralizado que permita fazer a gestão e a racionalização da atribuição dos apoios por parte das entidades locais** (alimentação, vestuário, medicamentos, etc.), evitando, assim, a duplicação de apoio a um mesmo indivíduo/agregado. Por via da criação deste Banco de Dados poder-se-ia, igualmente, proceder à **definição de áreas geográficas de intervenção** de cada uma das entidades locais, contribuindo assim também para a racionalização e a potenciação dos recursos locais (por exemplo, ajudar a minimizar as insuficiências ao nível do apoio domiciliário). Mesmo com o

conhecimento de que já houve tentativas anteriores de delimitação de áreas geográficas de intervenção, tentativas essas malogradas por oposição, quer de algumas instituições, quer de alguns utentes, considera-se que tal não deverá impedir que se avance com esta acção, ainda que nem todas as entidades adiram.

- **Promover a constituição de equipas pluri-disciplinares de intervenção concelhias, que façam o apoio psico-social integrado a grupos sociais específicos:** famílias desestruturadas, crianças e jovens em risco, idosos isolados sem enquadramento familiar, desempregados, toxicodependentes, alcoólicos, etc.). Trata-se, no fundo, de **repensar de forma global e estruturada a intervenção de algumas equipas já com intervenção no terreno**, minorando os riscos de intervenções mais casuísticas e pontuais. Destas equipas deveriam fazer parte interlocutores de várias áreas sectoriais: educação, formação, emprego, acção social, toxicodependência, saúde, alcoolismo, juventude, terceira idade, deficiência, apoio psico-social, famílias, etc.). Pela sua pluri-disciplinaridade, estas equipas poderiam assumir um papel fundamental de apoio nos mais diversos domínios: apoios educativos, acompanhamento de famílias desestruturadas, crianças e jovens em risco, idosos isolados, deficientes, toxicodependentes, etc.
- **Criar Banco de Voluntariado do Concelho de Sesimbra**, cuja actividade deveria, idealmente, estar enquadrada no âmbito da definição da política social do concelho, potenciando estes recursos em função da sua disponibilidade e das competências técnicas, mas também em função das prioridades estratégicas de intervenção definidas no âmbito daquela política.

Investir em medidas sociais inovadoras

- **Mediante o estabelecimento de protocolos com o movimento associativo local, apoiar a promoção de acções dirigidas para grupos sociais vulneráveis** (crianças e jovens em situação de risco, idosos, deficientes, etc.). Esta medida deverá, necessariamente, ser enquadrada no âmbito mais vasto da definição de uma política social global e integrada do concelho.
- **Reforçar investimento em respostas sociais inovadoras já implementadas**, como seja, por exemplo, 'formação' em competências familiares, sociais e de gestão doméstica dirigida a agregados disfuncionais; formação para pessoas que, por acidente ou doença, se vêem confrontados inesperadamente com familiares dependentes, etc.

Promover o sucesso escolar no concelho

- **Definir entre todos os agentes com intervenção, directa ou indirecta, no sistema educativo local uma estratégia concelhia de combate ao insucesso escolar.** Tal opção possibilitaria canalizar os investimentos daqueles vários agentes locais para a angariação e disponibilização dos recursos (técnicos, materiais, logísticos, etc.) adequados à prossecução dos objectivos definidos, e, por esta via, minimizar situações de sub-aproveitamento de recursos/projectos existentes, mas que são considerados pelos agentes educativos inadequados e/ou desfasados temporalmente das suas necessidades. Atendendo a que, na esmagadora maioria das vezes, os casos de abandono e de insucesso escolar surgem associados a enquadramentos e vivências sociais disfuncionais, o reforço local das equipas de apoios educativos assume-se também como vector central de intervenção (alvo de recomendação estratégica específica)

Adequar oferta formativa às necessidades da estrutura empresarial local e às dinâmicas do mercado de emprego em geral

- **Promover a realização de ‘Diagnóstico de necessidades de formação’, com metodologias adequadas e envolvendo os diversos agentes locais:** educativos, formativos, autárquicos, empresariais. Se realizado de forma conjunta e metodologicamente rigorosa, este diagnóstico de necessidades de formação poderá possibilitar a criação de parcerias e sinergias entre com o tecido produtivo e empresarial local. Para além de se poder assumir como uma das formas de combate a percursos de abandono e de insucesso escolar, possibilitará, igualmente, concertar a intervenção de todos aqueles agentes locais, assim como ser um poderoso auxiliar da definição de acções de formação qualificante/reconversão profissional (adequação às dinâmicas da estrutura produtiva do concelho), minimizando casos de desemprego por falta de qualificação;
- **Criação de Bolsa de Estágios** por via do estabelecimento de formas de cooperação e de articulação efectiva com o tecido empresarial local;
- **Minimizar riscos de desfasamento temporal entre o timing da oferta profissional por parte dos serviços desconcentrados da administração central e as necessidades das instituições de ensino escolar** (ano lectivo vs. ano civil).

Reforçar investimentos ao nível da prevenção primária das toxicodependências (drogas, álcool e tabaco)

- **Motivar/incentivar o envolvimento dos próprios jovens nas acções/iniciativas de prevenção primária, formando-os em competências específicas na área.** O envolvimento dos jovens enquanto agentes de formação (e não apenas como destinatários das acções) é tão mais relevante quanto os especialistas na área têm alertado para a relevância que os 'grupos de pares' têm na definição e/ou na inibição de comportamentos no período da adolescência;
- **Dar continuidade ao objectivo de criação de um Observatório Local das Toxicodependências,** por forma a alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre os padrões e as tipologias de consumo, os factores de risco e os factores de protecção. Também a este nível se deverão desenvolver metodologias inovadoras e apropriadas, no sentido em que se sabe que, numa fase inicial, e sem ser entre o grupo de pares, raramente os jovens assumem o consumo de determinadas substâncias psico-activas
- **Investir prioritariamente em acções específicas de prevenção, pois estudos de avaliação recentes têm demonstrado a pouca eficácia e o pouco impacto** (em termos de mensagem de 'Prevenção') das acções inespecíficas (por exemplo, dinamização de actividades sócio-culturais e desportivas, ocupação dos tempos livres, etc.)

Apoiar a inserção social das comunidades imigrantes

- **Criar estrutura oficial de apoio às comunidades imigrantes residentes no concelho,** onde, para além de congregar e articular algumas iniciativas pontuais já existentes no terreno (apoio alimentar, cursos de língua portuguesa, etc.) deveriam ser centralizadas outras respostas de apoio social, profissional, jurídico, etc. Esta estrutura deverá estar **direccionada para a resposta às solicitações individuais (imigrantes), mas também para as solicitações institucionais** (por exemplo, com origem na instituições de ensino do concelho que, com frequência, se vêem confrontadas com situações relacionadas com imigrantes e que não sabem para onde encaminhar).

Inovar nas formas e modelos de apoio ao movimento associativo local

- Em face das crescentes dificuldades do movimento associativo (associado ao progressivo 'afastamento' da população face a estas entidades, mas também às crescentes exigências em termos de candidaturas, para as quais alguns dirigentes

associativos se manifestam sentir não preparados), ponderar a possibilidade de **constituir um 'Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo'**: informação/apoio jurídico, apoio à gestão financeira, guia de recursos sobre linhas de financiamento e apoios existentes a nível local e central; apoio operativo à elaboração de candidaturas, etc.;

- **Promover acções de formação** (ainda que informais) **dirigidas aos dirigentes associativos locais**, por forma a qualificá-los em domínios como a gestão organizacional, gestão financeira, dinamização de projectos, marketing, etc.;
- **Clarificar, formalmente, os critérios subjacentes à atribuição de subsídios** às associações, colectividades e clubes locais.

Enquadrar as actividades das colectividades e associações culturais e desportivas locais na definição da política cultural e desportiva da autarquia (oferta cultural e desportiva)

- Para além dos investimentos na edificação/reabilitação de equipamentos e infra-estruturas, assim como na promoção de iniciativas próprias, a **programação anual de oferta cultural e desportiva deveria enquadrar, desde logo, as iniciativas do movimento associativo local**. Por esta via, poder-se-iam potenciar ganhos em quatro domínios diferentes: em primeiro lugar, enriquecer e diversificar a oferta cultural; seguidamente, dar maior visibilidade às iniciativas existentes localmente (cujas promoções estão muito centradas nas próprias associações e clubes), em terceiro lugar, servir como estímulo ao movimento associativo local; por último, estimular a formação cultural e a prática desportiva da população local (função pedagógica de longo prazo);
- Alargar o espectro de divulgação sobre as ofertas culturais, recreativas e desportivas existentes no concelho, **eventualmente, por via da concepção de um Guia de Recursos Locais**.